*Artigo

Quem tem direito ao Auxílio Reclusão?

Um benefício previdenciário muito polêmico, o auxílio reclusão vive cercado de mitos e dúvidas no que concerne a quem tem direito, aos valores, os beneficiários e o período de carência.

Não se trata de um "auxílio-bandido", em que a pessoa que vai presa ainda teria a vantagem de receber um salário, mas sim um benefício previdenciário para a família, seus dependentes de baixa renda que neste momento ficaram desamparados.

Entretanto, não é qualquer pessoa que fica reclusa que tem direito ao auxílio, a lei prevê requisitos para que se cumpram e assim tenha a qualidade de segurado.

Para ter direito ao benefício, é necessário que o detento seja segurado da Previdência Social, ou seja, tenha tido um trabalho, e o valor global do benefício não poderá ser inferior ao salário mínimo nem superior ao limite máximo do salário de contribuição. Além disso, a partir de 1º de março desse mesmo ano, para ter direito ao benefício é preciso que o segurado tenha realizado 18 (dezoito) contribuições mensais à Previdência Social.

O regime da pena é outro ponto que determina o auxílio, que somente é devido a família do preso que se encontra exclusivamente em cárcere privado ou semiaberto, em caso de soltura, fuga ou progressão para regime aberto o benefício é cessado.

Quem paga o auxílio-reclusão?

A ideia que muitos têm é que a população em geral paga por este auxílio e isto causa uma grande repulsa, acreditando que até mesmo seria um custeio aos "malandros" e que esta medida proporciona uma inversão de valores.

Porém, não se trata de uma assistência e sim de um direito que todo segurado possui de ser ou de ter os seus amparados pela Previdência quando estiver passando por determinadas situações, como é o caso, por exemplo, dos dependentes da pensão por morte.

De fato, julgar as pessoas no exercício de seus direitos é muito perigoso e irresponsável. Estes julgamentos ocorrem, na maioria das vezes, nos casos em que não conhece a pessoa em si, ou ainda, não faz ideia sobre o que se trata o direito ali exercido.

Certamente, as pessoas que estão contra o auxílio-reclusão ou defendem a sua não aplicação, não sabem que esse é um benefício previdenciário que só tem direito quem é segurado como qualquer cidadão, em outros casos como, por exemplo, o auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, etc.

Deste modo, ter direito ao benefício, diferente do que muitos imaginam, é necessário um período mínimo de contribuição com a previdência, seja com um emprego com carteira assinada ou pagamento de forma autônoma, caso contrário os dependentes destes jamais terão direito ao auxílio-reclusão.

Como proceder?

Para o atendimento presencial, em uma das agências da Previdência Social, é necessário o prévio agendamento.

O agendamento poderá ser solicitado na própria agência do INSS, pela Central de Atendimento através do telefone 135 ou diretamente pela internet.

Alice Cazzuni Defant – Graduanda em Direito

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Agências bancárias de Tangará aderem à paralisação

Com a greve dos bancários por tempo indeterminado,deflagrada na terça-feira, 06, os consumidores iniciaram a busca por meios alternativos para pagar suas contas. Segundo a Proteste Associação de Consumidores, a greve não pode ser motivo para protelar pagamentos. Quem tem conta para pagar e não dispõe de cartão para uso do caixa eletrônico, pode recorrer às agências lotéricas e até lojas de departamentos que aceitam a quitação de diversas contas. Mas o cliente que precisa sacar dinheiro na boca do caixa deve entrar em contato com o banco, por telefone, e solicitar uma alternativa, orienta a associação. Em Tangará da Serra das oito agências bancárias, sendo duas do Banco do Brasil, somente o Bradesco não havia aderido a paralisação. A proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) inclui reajuste de 6,5%, mais R$ 3 mil de abono. O Comando Nacional dos Bancários diz que essa proposta representa perda real de 2,8% (ao descontar a inflação de 9,57%).

Oportunidade

O programa de pós-graduação stricto sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) abriu processo seletivo para candidatos com diploma em qualquer área do conhecimento. As inscrições podem ser efetuadas até o dia 28 de outubro. São oferecidas 20 vagas para mestrado e dez para doutorado, para ingresso no 1° semestre de 2017.

Várias áreas

O programa possui área de concentração Estudo de processos linguísticos e três linhas de pesquisa: Estudo de processos discursivos, Estudo de processos de significação e Estudo de processos de variação e mudança. A distribuição das vagas por linhas de pesquisa e orientador podem ser verificadas em edital: www.unemat.br/prppg/linguistica.

Contaminação

Técnicos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e profissionais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) estão em Barão de Melgaço, para tentar resolver o problema do abastecimento de água na cidade. De acordo com a procuradora-geral do Município, o município espera que, até quinta-feira, já tenha sido iniciado o plano de resposta.

Perigo

A prefeitura daquele município decretou situação de emergência na semana passada após ser constatado que a água consumida pelos moradores estava contaminada com a bactéria intestinal Escherichia coli, encontradas nas fezes de seres humanos e animais. Além disso, a rede de distribuição de água recebe esgoto em alguns pontos.

*Bastidores da Política

No bolso

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB), afirmou que estuda cortar os pontos dos parlamentares que estão faltando às sessões ordinárias da casa sem justificativa. A Casa de Leis estaria enfrentando dificuldades para votar projetos de lei por conta da falta de quórum no plenário.

Eleições

Desde o início do período eleitoral, as três sessões semanais da Casa de Leis ficaram concentradas às quartas-feiras. A decisão foi tomada durante reunião do Colégio de Líderes, no início de agosto. Na ocasião, Maluf afirmou que ficou decidido que os faltosos teriam as ausências descontadas da folha de pagamento.

Juridicamente

De acordo com o parlamentar, um levantamento está sendo feito atualmente e poderá embasar o corte de ponto dos faltosos. Cada deputado ganha R$ 25,3 mil por mês, além de R$ 65 mil para cobrir outras despesas. Para Maluf, o problema de falta de parlamentares em sessão durante o período eleitoral é algo histórico que afeta não somente as assembleias legislativas.

Quórum insuficiente

Um levantamento feito pela Secretaria de Serviços Legislativos da ALMT aponta que já houve 14 sessões desde que o Legislativo resolveu concentrá-las às quartas-feiras, por conta do período eleitoral. Dessas, 10 eram ordinárias, 2 extras e 2 declaratórias (que não foram abertas por falta de quórum). Das 12 sessões efetivamente realizadas, em apenas sete houve quórum suficiente.

Pode pagar

O desembargador José Zuquim Nogueira, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), não atendeu ao mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público estadual e autorizou o governo do estado a pagar a parcela de US$ 32,8 milhões de um financiamento total de US$ 478,9 milhões, renegociado com o Bank of America em setembro de 2012.

Crédito externo

O MP ingressou com a ação no TJ na segunda-feira, 05, alegando que a renegociação da operação de crédito externo entre o governo e o Bank of America está sob investigação da instituição por supostas falhas no procedimento e que o pagamento da parcela que vence este mês poderia resultar em uma nova suspensão do repasse da cota constitucional dos poderes.

Ajustes

O Governo do Estado assina, na próxima semana um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com os poderes Legislativo, Judiciário e com o Tribunal de Contas (TCE) e o Ministério Público (MPE) para equacionar os R$ 280 milhões atrasados de repasses do duodécimo. O acordo foi proposto pelo MPE e a minuta do TAC deve estar pronta na próxima segunda-feira, 12.

Garantia

Para presidente do TCE, o conselheiro Antonio Joaquim, a assinatura do TAC dará garantias legais aos acordos verbais de colaboração já firmados entre os poderes e instituições e que visam auxiliar o Poder Executivo a atravessar esse momento de crise financeira. "Isso evitará que alguém possa questionar a legitimidade e a legalidade desses atrasos", disse.

Coreia deve comprar mais do Brasil e não só vender, afirma Maggi em Seul

Como que com um "puxão de orelha", o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, declarou para mais de 100 empresários em Seul, na Coreia do Sul, que o país asiático tem de comprar mais do Brasil e não apenas vender carros e televisores. O ministro, que acompanha o presidente Michel Temer na Ásia em busca de novos mercados, pontuou ainda entender o comércio internacional como uma via de mão dupla.

Seul é uma das rotas da Missão Ministerial e Empresarial na Ásia, iniciada no final de agosto. A previsão é que o grupo formado por Maggi e representantes do Ministério fiquem no continente até o dia 25 de setembro.